

# Materiais didáticos nas instituições privadas de ensino: uma relação com a Teoria Crítica da Sociedade

Ivete Aparecida Morando\*

## Resumo

A Educação a distância, especialmente quando abarca a formação docente, necessita atenção e olhar crítico dado o seu caráter de rápida expansão e aceitação em um segmento que visa ao lucro, a exemplo dos grupos educacionais que investem pesadamente em formação superior na modalidade a distância. Buscou-se com esse estudo apontar algumas reflexões sobre conteúdos desenvolvidos para a disciplina de Alfabetização e letramento em uma relação com a Teoria Crítica da Sociedade, por meio da leitura de dois livros didáticos adotados por instituições privadas em cursos de Pedagogia, na modalidade a distância. A leitura dos materiais foi realizada na íntegra, buscando identificar, para as discussões aqui propostas, as bases teóricas utilizadas e o enfoque dado às práticas de alfabetização e letramento para a formação integral dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Materiais didáticos. Educação a distância. Pedagogia. Teoria Crítica.

## Introdução

Discutir criticamente a educação ou a respeito desta, tem se revelado um desafio no atual contexto tomado por influências políticas que promovem o incentivo a movimentos conservadores como o Programa Escola sem Partido; a difamação das universidades públicas por meio das mídias sociais; os cortes orçamentários na Educação que impactam diretamente a produção científica brasileira nas instituições públicas. A nomeação de interventores junto a universidades federais e algumas unidades dos Institutos Federais, entre 2019 e 2020, é um exemplo aterrador da influência política e como essas ações comprometem a democracia, tão necessária à educação. Esses ataques de cunho político-ideológico vêm abalando os poucos avanços que a história nacional alcançou na área educacional, especialmente a pública, em nível superior, nas últimas décadas.

Considerando esse contexto político, é válido destacar dois pontos relevantes para as discussões com foco na Educação a Distância: sob o viés político-ideológico,

---

\* Graduada em Letras e Pedagogia, Especialista na área de Letras. Mestranda do PPGE UDESC na linha de pesquisa ECT, participante do Laboratório de Cultura Digital – L@bCult, Grupo Nexos Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar – Sul.  
E-mail: ivy.morando@gmail.com

preponderantemente neoliberal, a modalidade configura uma excelente alternativa à democratização do ensino, em especial o universitário, sob a administração das instituições privadas. Em se tratando do processo formativo, entretanto, é necessário considerar a dimensão social que perde o sentido se este for organizado para atender ao mercado capitalista. Giollo (2018) compara o processo de expansão da educação a distância por meio de iniciativas particulares a um Titanic, segundo ele, “desgovernado e ingovernável”. O fato de a modalidade estar intrinsecamente ligada ao desenvolvimento tecnológico, apontado geralmente como “solução” onde quer que atue, pode comprometer a assimilação e o entendimento crítico desse processo. Vivenciamos, segundo a metáfora utilizada por Giollo, uma espécie de bloqueio mental que nos impede de pensar alternativas para retroagir, estacionar ou desviar o percurso avançado pela EaD nos últimos anos.

Evidentemente, retroagir ou parar esse processo é incabível. Cabe aos pesquisadores identificar a possível presença dos “icebergs” e buscar alternativas para contorná-los. As tecnologias, apresentadas como facilitadoras, podem, sim, induzir a um entusiasmo perigoso sobre ampliação e democratização do ensino por meio da modalidade a distância, o que demonstra a necessidade de olhar esse aspecto também no desenvolvimento de pesquisas na área.

Os conteúdos apresentados por meio dos livros, aqui denominados materiais didáticos, são responsáveis pela construção da base filosófica que fundamenta todo o processo formativo dos docentes alfabetizadores, que são o foco deste estudo. Em um contexto *online*, o ato de estudar está imbricado ao uso das Tecnologias Digitais de Rede (TDR), mas é necessária a reflexão: a presença de diferentes e avançadas tecnologias significa acesso efetivo à aprendizagem e uma formação, no sentido defendido por Marcuse (1973), que leva o homem à superação da unidimensionalidade imposta pela sociedade administrada, servil ao sistema capitalista?

O trabalho foi dividido em três momentos, sendo que no primeiro serão abordados aspectos diretamente relacionados aos materiais didáticos e rápida abordagem do percurso histórico destes. No segundo momento, trataremos dos aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa, relacionando-os ao objeto em questão. No terceiro e último momento, far-se-á uma discussão a partir de pontos considerados relevantes ao tema proposto a partir da leitura de materiais didáticos de duas IES privadas, à luz da Teoria Crítica da Sociedade.

## O livro didático na escola

Foi Comenius, ainda no século XVII, quem primeiro idealizou muitos dos aspectos do sistema educacional que até hoje funcionam no ensino institucionalizado. Após quatro séculos é reproduzido o formato como se organizavam as escolas no ideal comeniano. Um dos aspectos mais relevantes da educação institucionalizada são os materiais didáticos que visam ao ensino teórico das coisas e fatos, chamados na Educação Básica de livros didáticos<sup>1</sup>. Quando Comenius propôs ensinar tudo a todos<sup>2</sup> pretendia reunir grupos de crianças em um mesmo espaço para que o professor conseguisse transmitir os conhecimentos ao maior número possível delas. No ideal de Comenius, os conteúdos sistematizados em um artefato ao qual todo o grupo tivesse acesso simultâneo, possibilitaria, como defendeu o estudioso, que o professor ensinasse menos e os alunos aprendessem mais (COMENIUS, 2001).

Desde então, esses materiais foram sendo implementados como importantes instrumentos de ensino e vêm se adaptando às novas leis, às políticas públicas, às tecnologias, permanecendo sempre a base fundamental à aprendizagem escolar. No Brasil, desde a criação do Programa Nacional do Livro Didático, criado em 1985, esse apoio didático vem sendo distribuído pelo Governo Federal às escolas, tendo sido, aos poucos, ampliada essa distribuição às diferentes etapas da Educação Básica (MELO, 2016). Suporte de grande relevância no atual sistema em que um docente atende 30 ou mais educandos, atrelado ao dever de “dar conta” do processo de ensino, o livro didático pode também ser percebido como instrumento de controle governamental, em boa medida, do trabalho docente e da disseminação de culturas dominantes. Esse controle não é pleno devido à liberdade de cátedra, direito garantido pela constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases<sup>3</sup>, que assiste ao professor desde a sua criação. Entretanto, mais que um direito dos docentes, essa liberdade transmuta-se, na prática, em direito de acesso democrático ao conhecimento, possibilidade de conhecer as diferentes ideologias e de desenvolver senso crítico e político do mundo por parte dos educandos.

Na Educação a Distância em nível superior, os materiais didáticos assumem relevância extra; impossível pensar aulas *online* sem um conteúdo sistematizado, que

---

<sup>1</sup> Torna-se mais adequada a nomenclatura “livro didático” quando se trata do Ensino Básico, pois “materiais didáticos”, nesse contexto, “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=614-equipamentos-e-materiais-didaticos&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=614-equipamentos-e-materiais-didaticos&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 mar. 2021

<sup>2</sup> Didactica Magna, também conhecida como Tratado da Arte de ensinar tudo a todos, por Jan Amós Comenius, 1649, sistematiza ideais que até hoje permeiam a Educação.

<sup>3</sup> Art. 206 da CF e Art. 2º, incisos II, III, IV, XI e XII da LDB.

direcione a grande quantidade de estudantes atendidos via plataformas digitais, aos objetivos de aprendizagem propostos. A ausência de encontros presenciais e da troca de experiências decorrentes delegam aos próprios materiais e a outras tecnologias, nesse caso as Tecnologias Digitais de Rede (TDR), maior protagonismo no processo de formação do estudante. Em Malaggi e Teixeira (2019, s/p), encontramos a seguinte percepção sobre o que são as Tecnologias Digitais de Rede:

[...] ambientes hipermidiais de comunicação interativa que emergem do contexto sociotécnico da cibercultura, no sentido de fomentar autoria e colaboração de conhecimentos pelos nós de um dado emaranhado sócio-comunicacional no ciberespaço, em processos de inteligência coletiva.

O processo de interação no contexto da EaD, portanto, acontece em espaço virtual, o ciberespaço, em vez de em sala de aula presencial, e prescinde das tecnologias para concretizar-se. Ao contrário do ensino remoto implementado no contexto da atual pandemia, a Educação a Distância pressupõe, assim como a modalidade presencial, a construção coletiva dos conhecimentos por meio de processos interativos de comunicação, interação esta, mediada pelas TDR. Questiona-se, nesse sentido, se essas tecnologias atendem a intencionalidade de humanização e aprendizagem por meio da troca de experiências, como propõe a educação presencial, espaço em que os docentes exercem papel fundamental de mediadores e provocadores das situações de aprendizagem.

De modo que a organização da docência nessa modalidade é de fundamental importância e vem despertando o interesse de pesquisadores na área, com resultados preocupantes. Ripa (2017) apresenta os resultados parciais da pesquisa “Ser professor (a) na EAD: um estudo sobre o trabalho docente nos cursos de Pedagogia/UAB na Região Sul” que, segundo a autora revelaram a necessidade de pensar as especificidades da docência na EaD. Denuncia, ainda, que a escola:

[...] na lógica da sociedade administrada, esvaziada de conteúdo, de profissionais, de conhecimento, de reflexão crítica, tende a continuar se apropriando apenas do cotidiano, do imediato, do superficial, do pragmático, do fragmentado (RIPA, 2017, p. 169).

Essas percepções acendem o alerta à necessária investigação das teorias e conhecimentos sistematizados em materiais didáticos para a Educação a Distância, no que diz respeito aos constructos que possibilitam, no caso deste estudo, ao docente

alfabetizador uma atuação consciente da função social que impregna o trabalho educativo.

## Os conteúdos presentes nos materiais didáticos na EaD em uma perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade

Na perspectiva da Teoria Crítica e no que se refere às contribuições do material didático com a formação de pedagogos para alfabetização e letramento, foco deste trabalho, parte-se de Adorno (2010) ao defender que os bens culturais (diga-se os imateriais), tendo seu sentido isolado, dissociado da implantação das coisas humanas, desmentem objetivamente o seu conteúdo. Em uma educação idealizada para a formação integral dos sujeitos faz-se necessário refletir se os conteúdos apresentados buscam simplesmente contemplar os pressupostos teóricos, que chegam esvaziados de sentido, para a formação ou, de fato, oferecem uma formação docente que viabilize a implantação das coisas humanas para o crescimento emancipado das crianças em fase de alfabetização. Segundo Giollo (2010), a EaD e suas propostas flexíveis oportunizam uma formação aligeirada, com tempo de curso reduzido e sem a “densidade do intercâmbio presencial”, representando uma ideia apenas caricata do que se pode concretizar na educação presencial.

Partindo dessa crítica busca-se amparo na Teoria da Semiformação discutida por Adorno (2010), que auxilia a pensar o processo de formação docente. Lemos em Adorno (2010, p. 20-21) que:

A formação tem como condições a autonomia e a liberdade. No entanto, remete sempre a estruturas previamente colocadas a cada indivíduo em sentido heteronômico e em relação às quais deve submeter-se para formar-se. Daí que, no momento mesmo em que ocorre a formação, já deixa de existir.

Sob essa perspectiva, a formação docente, no que concerne o “como atuar” no processo de ensino-aprendizagem, pode agravar o estado de semiformação (uma formação que desconsidera os aspectos humanos, as culturas, o entendimento das vivências das crianças) e reduzir o ensino nos primeiros anos escolares à aplicação de técnicas de alfabetização, a exemplo dos oferecidos pelas antigas cartilhas. Estamos ainda, na prática, em busca de uma escola que promova emancipação e autonomia, no mais puro conceito Freiriano, enquanto vivenciamos um forte movimento ideológico-político de retrocesso em que o ensino para a libertação dos sujeitos torna-se “doutrinação ideológica”. Nesse contexto, no mínimo conflituoso, a EaD e as novas

tecnologias vêm conquistando força<sup>4</sup> e corremos o risco de presenciar o efeito das reformas escolares ocorridas no mesmo contexto em que surgem a TV e o rádio, quando a sociedade burguesa tentava transformar a escola da tradição religiosa para o desenvolvimento científico, sob a perspectiva de, assim, ser capaz de formar sujeitos autônomos. De modo que, conforme constata Adorno (2010, p. 15), “[...] a autonomia, não teve tempo nenhum de se constituir, e a consciência passou diretamente de uma heteronomia a outra”. Hoje temos uma sociedade administrada por meio das inovações tecnológicas (internet, smartphones, TDRs), em que o ensino “evolui” da modalidade presencial para a distância, com o potencial risco que se crie nesses *ciberespaços* formativos a banalização de uma semiformação? E, assim, constata-se que:

A semicultura [...] desvinculada dos pressupostos básicos que lhe poderiam propiciar continuidade, se transforma em *substâncias tóxicas* que envenenam e deturpam o espírito, em *elementos formativos inassimilados* que reificam a consciência e não ajudam a formá-la (ZUIN; PUCCI; OLIVEIRA, 1997, p. 97, grifo dos autores).

Como definem os autores, a semicultura ou semiformação, é como um verniz formativo que impede os sujeitos de ver além. Tomando a atual sociedade imagética e do consumo, do parecer e não do ser como perspectiva, curso superior, profissão, trabalho, renda, são a ponte para o consumo. Um curso superior feito “de casa”, com flexibilidade de tempo, autonomia e autodidatismo, torna-se mais um produto de consumo (barato e fácil). A consciência crítica para a semicultura torna-se subversão.

## Formação de docentes alfabetizadores – um olhar para os materiais didáticos na EaD

Para avançar na discussão proposta foram selecionados materiais didáticos da disciplina de Alfabetização e letramento, utilizados por duas instituições privadas diferentes: Letramentos e alfabetização, Editora e Distribuidora Educacional (2018), utilizado por uma IES do grupo Cogna Educacional que atende municípios da região Meio Oeste de Santa Catarina; e Alfabetização e letramento produzido pelo Grupo A Educação - Sagah: Soluções Educacionais Integradas, adotado por uma universidade

---

<sup>4</sup> Importante ressaltar que o contexto aqui referido não considera as mudanças ocorridas durante a pandemia pela ampla utilização do ensino remoto, muitas vezes confundido com EaD. O grande avanço do ensino remoto durante o isolamento merece estudos a fim de que sejam mensuradas e entendidas as suas consequências para o contexto escolar, em especial no que concerne ao trabalho docente.

privada que atua na mesma região<sup>5</sup>. O foco dessa segunda IES é a oferta de ensino presencial, 35 cursos de graduação em diferentes áreas. Mas oferece também graduação na modalidade EaD, cerca de 15 cursos de acordo com informações disponíveis no site da instituição.

A Cogna Educação, por sua vez, é uma companhia brasileira e uma das principais organizações educacionais do mundo, atendendo cerca de 2,4 milhões de alunos em todo o Brasil, na Educação Básica e ensino superior. Destes, 1,4 milhões são atendidos diretamente e cerca de 1 milhão por meio de instituições parceiras (COGNA, 2021).

De acordo com reportagem veiculada no site de economia Moneytimes (2021), a empresa Cogna Educacional deve registrar um crescimento de 2,4 vezes do Ebitda<sup>6</sup>, entre 2020 e 2024, um total de R\$ 2,4 bilhões. A geração de caixa subirá 44% no mesmo período e a perspectiva é de que o número de alunos matriculados aumentará 20%. Ainda de acordo com o site, essa perspectiva otimista da empresa deve-se à aceleração da tendência digital durante a pandemia, percebida como estrutural e não temporária, incentivando-os a fortalecer as operações *online*. Retomando Giollo (2010), não há como retroagir; contudo, há necessidade de, por meio de estudos e pesquisas, apresentar à comunidade científica apontamentos atinentes aos aspectos formativos que estruturam a modalidade EaD, dentre os quais os materiais didáticos.

A partir da leitura desses materiais, observou-se abordagens teóricas presentes nos cursos de formação de professores da atualidade, bem como citações dos documentos que orientam o processo de ensino na Educação Básica brasileira, em maior e menor aprofundamento, de um para outro. Importante destacar nesse ponto que a formação para a prática sem o saber filosófico, que permite ao professor a reflexão para a busca de alternativas aos reais problemas escolares, não permitirá a melhora nos índices de aprendizagem. Conforme alertam Zuin, Pucci e Oliveira (1997), a filosofia, que permitia o estranhamento, o espanto, a suspeita é substituída pela razão instrumental que influencia, no atual contexto, o descarte da reflexão filosófica vista como “doutrinação ideológica”, fortalece a perda do espírito crítico e enfatiza a acomodação. Apesar de a acomodação ter seu papel no estabelecimento do equilíbrio, é importante considerar que “[...] a educação/formação deveria dar condições ao homem de ser autônomo, sem deixar de submeter-se à realidade do mundo que o

---

<sup>5</sup> Os materiais estudados foram obtidos junto à Coordenação Pedagógica e acadêmicos(as) do curso de Pedagogia a distância.

<sup>6</sup> Ebitda é a sigla em inglês para *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português, “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização” (também conhecida como Lajida). É um indicador muito utilizado para avaliar empresas de capital aberto. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

circunscreve; e, ao mesmo tempo, de submeter-se a esse mesmo mundo sem perder sua autonomia" (PUCCI; ZUIN; LASTÓRIA, 2010, p. 44). Eis a importância de entender teoria e prática, não como dicotômicas, mas, sim, complementares.

No material Sagah estão explícitos os saberes teórico-filosóficos alinhados ao Construtivismo, de autores como Piaget e, com maior ênfase, Emília Ferreiro: "Em meados de 1980, seguindo a linha construtivista, surgem os estudos e pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) acerca da psicogênese da língua escrita" (KUCYBALA, 2019, p. 4). A professora-autora segue o delineamento de sua proposta abordando os conceitos de alfabetização e letramento para os quais se fundamenta em Magda Soares e Paulo Freire. Vygotsky surge na apresentação do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal e rápida abordagem sobre mediação docente. Discute, ainda, a importância do trabalho docente a partir de projetos e sequências didáticas, em evidente associação entre teoria e prática:

Ao elaborar projetos didáticos e sequências didáticas, é importante conhecer como eles são constituídos, quais são as suas características estruturais e quais são as possibilidades de trabalho pedagógico a partir da integração das demais áreas do conhecimento, sob uma perspectiva interdisciplinar (KUCYBALA, 2019, p. 9).

É pertinente destacar a presença dos documentos orientadores como BNCC, as DCNEI, com a importância da brincadeira na educação infantil. Há um capítulo inteiro dedicado às contribuições de Paulo Freire com a alfabetização e outros que tecem a importância da literatura infantil nas práticas escolares e além delas. As políticas educacionais que buscam corrigir as defasagens do processo de alfabetização também recebem atenção significativa. O PNAIC é apresentado em um capítulo exclusivo:

A fim de melhorar seu desempenho nesse contexto, o Brasil criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Esse programa foi lançado pelo Ministério da Educação visando a aumentar os índices de alfabetização propostos no Plano Nacional de Educação (2014-2024) (KUCYBALA, 2019, p. 2).

São apresentados como relevantes os processos: de inclusão, formação do docente alfabetizador, avaliação do processo de ensino-aprendizagem e Avaliação Nacional da Alfabetização, uso das tecnologias na alfabetização, ludicidade, jogos. Traz significativas sugestões de estudos e pesquisas complementares. É um material amplo no contexto teórico-filosófico e documental, a ser explorado por docentes formadores

ou, como habitual nas IES privadas, por tutores *online*. A questão que deve ficar para reflexão é: como é feita a mediação desses conteúdos *online*? Os conteúdos servirão como um lindo verniz formativo ou serão apresentados na perspectiva de Marcuse, multidimensional e libertador?

O material da segunda IES, pertencente ao grupo Cogna, é apresentado em formato de livro digital. Dá ênfase à abordagem construtivista, por meio dos estudos de Emília Ferreiro: “Nenhum nome teve mais influência sobre a educação brasileira nos últimos 30 anos do que o da psicolinguista argentina Emília Ferreiro” (FERRARI, apud PETERLE et al., 2018, p. 40). Utiliza o conceito de Letramentos em detrimento ao de Letramento. Os gêneros textuais e o planejamento interdisciplinar a partir da BNCC são discutidos. É significativo o destaque, ao que define a BNCC, para o ensino e o desenvolvimento de competências para crianças do 6º ao 9º ano, bem como para jovens do ensino médio, em língua portuguesa.

A ênfase na necessidade do processo de letramento para se alcançar a alfabetização é um ponto a se destacar como de grande relevância, presente em ambos os livros. O possível conflito que requer maior investigação é no que se refere às práticas de letramento que, segundo Soares (2008), seria o estado, condição do indivíduo que aprende a ler e a escrever diante da sociedade em que vive, como se envolve e participa dessa sociedade no papel de construtor do espaço social. De modo que para que haja realmente práticas de letramento não pode haver receitas, ou um modo pré-definido de “como” dar aulas; é inerente a esse processo uma análise dos sujeitos, dos seus contextos e de como se relacionam nesses espaços (físicos e sociais). Se há necessidade de que o professor “aprenda a dar aulas”, o estudo das teorias e dos aspectos filosóficos educacionais pode contribuir muito além de práticas isoladas, pois é exatamente o saber filosófico, a consciência crítica e a capacidade de análise que possibilitam pensar práticas de letramento eficazes às especificidades de cada contexto escolar. Conforme já denunciado por Adorno (2010, p. 8):

Reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Podem até, em certas ocasiões reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação diante do poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles.

A semiformação, disfarçada de formação e “preparação” para as oportunidades, deve ser questionada. Um sistema de formação excludente, que relega a maioria à

adaptação em uma sociedade administrada, convencendo as pessoas de que sejam elas próprias as responsáveis pela miséria dos seus, deve ser denunciado.

## Considerações finais

A questão que se esboça, considerando as ideias da Teoria Crítica, orientadora deste trabalho, é sobre a ênfase sempre presente na necessidade de a criança desenvolver a capacidade de leitura e escrita, percebendo-se, na maioria das vezes, essa habilidade como uma condição, um pré-requisito para que o educando torne-se sujeito capaz de exercer a cidadania, pensamento crítico e presença ativa na sociedade. Segundo Adorno e Horkheimer (1995. p. 151), “[...] pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação”. Entende-se que, para Adorno e Horkheimer, só há emancipação por meio da educação se o processo estiver diretamente relacionado às experiências, à realidade cotidiana dos educandos. A criança aprende a ler criticamente seu espaço, ainda que não domine o conhecimento da leitura e da escrita; as habilidades de ler e escrever devem torná-lo capaz de ver sob outras expectativas seu meio; identificar os problemas e sentir-se apto a interferir positivamente na transformação, por meio da experiência.

Portanto, a perspectiva da Teoria Crítica para a formação de docentes alfabetizadores na EaD sugere que se façam algumas reflexões: o que os materiais didáticos estão apontando como “experiência” no processo de alfabetização e letramento possibilita ao docente entender a dimensão do que seja o contexto, a realidade dos educandos? Ou podem induzir a uma interpretação questionável que restringe as experiências, como o que se pratica em sala de aula, para a aprendizagem mecânica, que tem fomentado a semiformação no ensino institucionalizado mesmo na modalidade presencial.

Os aspectos teórico-filosóficos dos cursos de Pedagogia representam uma parcela pequena de tudo o que abrange a Educação a Distância em instituições privadas; há dimensões históricas, políticas, econômicas a serem entendidas e discutidas. Retroagir o “Titanic” seria negar as infinitas possibilidades que o oceano oferece. Mas, sim, é necessário pensar em como agir frente aos *icebergs*.

“Liberdade não é poder escolher entre preto e branco, mas sim abominar este tipo de posturas de escolha” (Theodor Adorno)

## Referências

- ADORNO, T. Teoria da Semiformação. In: **Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. N. (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2010.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179825/mod\\_resource/content/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179825/mod_resource/content/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- BTGPACTUAL. **O que é Ebitda**. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- COMENIUS, I. A. **Didactica Magna**. Fonte digital. 2001. Disponível em: <[eBooksBrasil.com](http://eBooksBrasil.com)>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- GIOLLO, J. Educação a distância: Tensões entre o público e privado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 set. 2020
- GIOLLO, J. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **RBPAAE**, v. 34, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2018.
- KUCYBALA, F. S. **Alfabetização e Letramento**. Livro didático digital. Sagah: Soluções Educacionais Integradas. 2019.
- MALAGGI, V.; TEIXEIRA, A. C. **Comunicação, Tecnologias interativas e Educação: (Re)pensar o ensinar-aprender na cultura digital**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 305 p.
- MARCUSE, H. **A ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MELO, F. G. de. Estado e políticas públicas para o livro didático no Brasil. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 20, n. 03, p. 547-562, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9716/6423>>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- MONEYTIMES. **Cogna trabalha para fortalecer EaD**. 2020. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/em-nova-fase-cogna-trabalha-para-fortalecer-ead-sem-deixar-cursos-presenciais-de-lado/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.
- PETERLE, T. G. dos S.; SILVA, A. C. F. da; PINTO, R. de O. *et al.* **Letramentos e alfabetização**. [S.l.]: Editora e distribuidora Educacional S. A., 2018. e-Book.
- PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. N. (Orgs.). **Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- RIPA, R. Apontamentos sobre a modalidade a distância no Ensino superior e a autoridade pedagógica no mundo digital. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 167-180, maio/ago. 2017.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo. Contexto, 2008.

UNIARP. **Uniarp EaD**. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2021

ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. (Orgs.). **A Educação Danificada**: Contribuições à Teoria Crítica da Educação. Vários autores. Petrópolis: Vozes, 1997.

ZUIN, A. S. A cultura digital, a semiformação e o novo elo pedagógico. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 39, n. 2, p. 241-256, mai./ago. 2014.